



## Projeto de Resolução 040/2025

**Proponente: Ver. Tiago Cordeiro**

"DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, INSTITUIDA RESOLUÇÃO DANIEL SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

**Ementa:** DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, INSTITUIDA RESOLUÇÃO DANIEL SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE Apucarana**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Apucarana **APROVA** e o Senhor Presidente dessa Casa de Lei, no uso de suas atribuições legais, **PROMULGA** a seguinte Resolução:

***Art. 1º.** Fica assegurada a redução da jornada de trabalho aos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal que sejam genitores, curadores ou responsáveis legais, a qualquer título, por pessoa com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente da compensação de horário e sem prejuízo da remuneração, desde que comprovada a necessidade da assistência direta ao dependente.*

*Parágrafo único – A dispensa aplica-se aos servidores que cumprem jornada regular e àqueles que atuam em regime de escala, cabendo à chefia imediata promover a adequação dos parâmetros da dispensa às*

**Art. 2º** - *Para os efeitos de aplicação desta resolução, entende-se como dependente legal a pessoa com deficiência que, por suas limitações ou incapacidades, dependa, ainda que temporariamente, do servidor público da Câmara Municipal para o desenvolvimento das terapias prescritas referentes à deficiência básica, conforme parâmetros técnicos definidos pelo órgão médico pericial.*

§ 1º - *A caracterização da dependência legal, decorrente da filiação ou de outra relação juridicamente estabelecida, independerá da idade da pessoa com deficiência e levará em conta os aspectos biopsicossociais que envolvam cada caso, individualmente analisado.*

§2º - *A responsabilidade legal decorrente da filiação estende-se aos enteados e enteadas, desde que o vínculo familiar tenha sido estabelecido por força de casamento ou união estável, formalmente reconhecidos.*

**Art. 3º** - *A redução da jornada de trabalho poderá variar em até 50% (cinquenta por cento) da carga horária prevista para o cargo, conforme a gravidade e a necessidade assistencial do dependente, mediante laudo médico pericial.*

**Art. 4º** - *Para usufruir do benefício previsto nesta Resolução, o servidor deverá apresentar os seguintes documentos:*

*I - Requerimento formal direcionado ao Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal;*

*II - Cópia do laudo médico emitido por profissional especializado, comprovando a deficiência do dependente e a necessidade da assistência direta;*

*III - Comprovação do vínculo de responsabilidade legal com a pessoa com deficiência.*

**Art. 5º** - *A redução de jornada será concedida pelo prazo de um ano, podendo ser renovada mediante reapresentação da documentação exigida no artigo anterior.*

**Art. 6º** - *O servidor beneficiado pela redução de jornada compromete-se a utilizar o tempo adicional para a assistência direta ao dependente com deficiência, podendo ser exigida comprovação periódica do cumprimento dessa finalidade.*

**Art. 7º** - *A fiscalização e o acompanhamento do cumprimento desta lei serão de responsabilidade do Setor de Recursos Humanos desta Câmara Municipal.*

**Art. 8º** - A perda da qualidade de responsável legal pela pessoa com deficiência implica em imediata cessação da dispensa de jornada de trabalho, cabendo ao servidor ou servidora beneficiários o dever de informar o fato ao Setor de Recursos Humanos e formalizar junto ao setor competente o requerimento para cessação do benefício

§ 1º - O descumprimento do dever estabelecido no caput deste artigo, constatado a qualquer tempo pelo Legislativo Municipal, constituirá infração disciplinar, sujeitando o servidor ou servidora responsável às penalidades definidas em lei

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo às situações de morte da pessoa com deficiência assistida ou cessação do tratamento a que estivesse submetida.

**Art. 9º** – Todas as alterações no quadro clínico, programação terapêutica e demais prescrições pertinentes à pessoa com deficiência, mesmo que não impliquem em alteração nos horários e locais de atendimento, deverão ser informadas pelo servidor ou servidora beneficiários da presente Resolução, no prazo de 5 (cinco) dias mediante a apresentação de requerimento de alteração do benefício concedido, do qual constarão os documentos comprobatórios da alteração.

**Art. 10** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE Apucarana**, Estado do Paraná, 05 de Dezembro de 2025.

---

**DANYLO ACIOLI**

**Vereador**

---

**ELIANA ROCHA**

**Vereadora**

---

**SIDNEI DE OLIVEIRA**

**Vereador**

---

**TIAGO CORDEIRO DE LIMA**

**Vereador**

### **JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade assegurar aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Apucarana, que sejam pais, responsáveis ou curadores de pessoas com deficiência, a possibilidade de redução da jornada de trabalho sem prejuízo de vencimentos, mediante comprovação da necessidade de assistência direta, atestada por junta médica oficial.

A proposta encontra amparo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), da proteção integral à pessoa com deficiência (art. 227 da CF/88 e Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência), bem como na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional (Decreto nº 6.949/2009).

É importante esclarecer, a existência de Legislações esparsas sobre o tema, como de Lei Federal (Lei nº 8.112/1.990 e Lei nº 13.370/2016), a qual assegura ao servidor público Federal a possibilidade de redução da jornada de Trabalho, o Decreto nº 3.003/2015 do Estado do Paraná, que no mesmo sentido garante a redução de carga horária do funcionário público do Executivo Estadual e dos militares estaduais.

Ademais, em nosso próprio Município existem ações judiciais que reconhecem a possibilidade de redução de jornada de servidor público para acompanhamento de dependente que necessita de atenção especial.

Trata-se de medida de caráter humanitário, que reconhece a sobrecarga física, emocional e social enfrentada pelos servidores que necessitam acompanhar seus dependentes em terapias, consultas e demais tratamentos indispensáveis ao desenvolvimento e qualidade de vida da pessoa com deficiência. A flexibilização da jornada, sem redução de vencimentos, representa um gesto de respeito ao servidor e de compromisso com a inclusão, sem comprometer o interesse público, já que a Resolução prevê mecanismos de adequação das escalas e acompanhamento pelo setor de Recursos Humanos.

Além disso, a matéria se insere no âmbito da autonomia administrativa da Câmara Municipal, conforme disposto no artigo 35 da Lei Orgânica e no artigo 98 do Regimento Interno, que asseguram a competência da Casa Legislativa para regulamentar o regime de trabalho de seus servidores.

Cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já firmaram entendimento no sentido de que a redução da jornada de trabalho para servidores responsáveis por pessoas com deficiência constitui direito compatível com os princípios constitucionais e não afronta o interesse da Administração Pública.

Portanto, a presente iniciativa não apenas respeita os limites da competência normativa da Câmara, mas também cumpre o dever constitucional de garantir condições adequadas de proteção e cuidado às pessoas com deficiência, reafirmando o compromisso deste Legislativo com a dignidade humana, a justiça social e a inclusão.

Dessa forma, rogo aos nobres colegas desta Casa de Lei o acolhimento da presente propositura.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE Apucarana**, Estado do Paraná, aos  
05 dias do mês de Dezembro de 2025.

---

**DANYLO ACIOLI**

**Vereador**

---

**ELIANA ROCHA**

**Vereadora**

---

**SIDNEI DE OLIVEIRA**

**Vereador**

---

**TIAGO CORDEIRO DE LIMA**

**Vereador**



**Assinatura Qualificada ICP-Brasil**  
**VALDEIR TIAGO BATISTA**  
**CORDEIRO DE LIMA:06358473964**

Horário Carimbo Tempo:  
05/12/2025 11:39:47



**Assinatura Qualificada ICP-Brasil**  
**SIDNEI JOSE DE**  
**OLIVEIRA:02762891965**

Horário Carimbo Tempo:  
05/12/2025 16:05:54



**Assinatura Qualificada ICP-Brasil**  
**ELIANA DE LOURDES LIMA**  
**ROCHA:99341379920**

Horário Carimbo Tempo:  
05/12/2025 16:32:20



**Assinatura Qualificada ICP-Brasil**  
**DANYLO FERNANDO ACIOLI**  
**MACHADO:07149046940**

Horário Carimbo Tempo:  
07/12/2025 19:32:19

Praça Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - CEP: 86800-235  
[www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

Documento publicado digitalmente por TIAGO CORDEIRO DE LIMA em 05/12/2025 às 11:39:02.

Chave MD5 para verificação de integridade desta publicação **a4557a97d673cd3d4599f1e798d44**.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade>, mediante código **129160**.